



## **RESUMO EXECUTIVO da A T A** **Grupo de Fiscalização Integrada Guarapiranga e Billings**

Aos vinte e oito dias de maio de 2010, às 9h, no Zoológico de São Paulo, espaço D. Pedro em São Paulo-SP, reuniram-se os integrantes do Grupo Técnico de Fiscalização Integrada-GFI Guarapiranga-Billings, e convidados, para tratar da pauta conforme estabelecido pela convocatória. Ocorreram as apresentações dos órgãos do Estado referente ao processo de fiscalização. A íntegra encontra-se disponível na Ata de inteiro teor.

CETESB : O licenciamento é realizado em todo estado de São Paulo, subdividido em 56 Agências, sendo que a fiscalização na região tem a abrangência de 4 Agências: Embú, Santo Amaro e ABC 1 e 2. As atividades no licenciamento sempre foram as fontes de poluição, atividades industriais de modo geral, mais recentemente foram incorporadas as atividades de licenciamento que eram feitas pela Secretaria de Meio Ambiente-SMA adicionando as atividades de avaliação de impacto ambiental, uso e ocupação do solo, autorização para intervenções em APP e supressão de vegetação. Quando um empreendimento precisa de uma ação diferente, a chamada autuação, entram com na ação corretiva e se houver alguma irregularidade relativa a ar, água ou solo, autuam, começam pela advertência, mas que pode culminar até mesmo na interdição do empreendimento, pode ser multa dobrada dependendo da gravidade da infração e pode ser diária até a penalização da interdição. Do número de vistorias realizadas são aproximadamente 15-20 por técnico/mês na média. Dispõem do telefone 0800 113560 24h e é anônimo, para todo tipo de reclamação ambiental e redireciona quando necessário à polícia ambiental ou CBRN, também possuem um website, ouvidoria, além de atender pessoalmente.

Polícia Militar Ambiental: O objetivo principal é garantir o meio ambiente equilibrado através de fiscalização e prevenção dos delitos ambientais. A sustentação legal para atuação é o decreto lei 667/69, a Constituição federal e a estadual e o decreto estadual nº 46.263/01. Atualmente 58% da atuação são ocorrências de flora. O 1º batalhão da polícia ambiental trabalha na área central abrangendo capital e Grande São Paulo, o pelotão de São Bernardo com os sete municípios do ABC e o 1º pelotão com o Tenente Camargo em toda represa do Guarapiranga e o município de Taboão da Serra. Possuem policiamento embarcado, motorizado com viaturas, motocicletas, e frequentemente há apoio aéreo. Atuam diretamente nas infrações administrativas e nas criminais, sendo

que nas criminais conduzem para o distrito policial para lavrar ocorrência ou termo circunstanciado, se for boletim de ocorrência-BO será encaminhado para um fórum para dar início ao processo criminal. O objetivo não é deter o infrator mas reparar o dano. Nas infrações administrativas de meio ambiente atuavam pela resolução da SMA nº 37 e agora pela resolução SMA 32 que coloca a polícia ambiental também para atender autos de infração ambiental nas áreas de mananciais. No ano passado o pelotão de São Bernardo realizou evento de educação ambiental para 8000 pessoas, visivelmente há mais resultados com as crianças. Realizam patrulhamento rural, com o passar do tempo a polícia ambiental começou a perceber a migração do crime devido à migração dos centros urbanos e na Billings e Guarapiranga há muita área rural. Dos sobrevoos atualmente não há boa frequência, porém na navegação todos dias há policiamento embarcado na represa Billings, na Guarapiranga não é diário. Dados estatísticos de 2009 : 322 operações realizadas, operações conjuntas 167, operação Defesa das Águas contando com apoio da polícia ambiental, pessoas conduzidas ao distrito policial 227, construções ilegais adotando providências legais e administrativas 429, fábrica de blocos 98, construções ilegais TC 78, portos de areia fiscalizados 21, auto de infração ambiental lavado 952, 7562 BOs sendo que quase 1000 tiveram alguma intervenção de infração administrativa, e 10% repressão de algum delito, 90% prevenção do crime ambiental. Possuem efetivo de 25 policiais no Guarapiranga e 28 na Billings. Viaturas : Guarapiranga 3 motocicletas, 4 Hi lux e outras 2, e na Billings 2 motocicletas, 4 Hi lux e outras 2.

EMAE : Trata-se de uma concessionária de energia elétrica, uma empresa de economia mista onde o Governo do Estado de São Paulo é o principal acionista, o que configura algumas diferenciações dos municípios e órgãos de estado que tem poder de fiscalização. Exercem as atividades de levantamento de informações para processos administrativos e jurídicos, inspeções seguidas de ocorrências, averiguação de denúncias, avaliação conjunta de relatórios da área de gestão ambiental, participação em audiências processuais e o encaminhamento de denúncias para elaboração de BO, participação no acompanhando de reintegração de posse e ações diretas de desmobilização de irregularidades, instalação de placas de identificação de áreas patrimoniais, apoio às atividades de levantamento topográfico, na Operação Defesa das Águas e Fiscalização Integrada. A equipe de fiscalização trabalha com 7 fiscais, 2 próprios e 5 contratados, todos com viatura, máquina fotográfica, ferramentas, e demais instrumentos necessários para fiscalização. Possuem planilha de acompanhamento das irregularidades porém a grande maioria das informações é subsidiada o patrimônio da empresa. Procuram fazer reuniões mensais na elaboração do plano de trabalho de vistoria. Há situações predominantes nas subprefeituras de São Paulo: Cidade Ademar, Capela do Socorro, M'Boi Mirim,

por causa da alta concentração de moradias e por isso procuram fazer pelo menos 1 inspeção por semana e nas áreas rurais, como o extremo sul de São Paulo, Alto da Serra, ou mesmo no interior na periodicidade de 1 vez por mês. Média de 250-300 vistorias/mês. Apresentou os modelos de documentação utilizados na fiscalização, como notificação de irregularidade utilizado em campo. Centro técnico da região metropolitana da Grande São Paulo-CTRM : Houve várias dificuldades administrativas e de comunicação em função da recente unificação no sistema de licenciamento, porém estão sendo superadas. Os trabalhos começaram em agosto com técnicos que foram contratados em julho de 2009. Possuem uma equipe de 18 membros, a maioria são biólogos. Na forma de atuação atuam também sob demanda mas pretendem atuar mais sob planejamento. Realizam monitoramento de todas as áreas da região metropolitana. Todos recursos são protocolados e passam pelo CTRM na 1ª. Comissão de julgamento. Quando aplicam por exemplo os AIAs-Auto de Infração Ambiental o notificado procura um dos 4 núcleo técnico de fiscalização e monitoramento para as medidas necessárias. Trabalham com ações corretivas. Participam de vários órgãos na defesa e proteção do Meio Ambiente como CADES-SVMA de São Paulo, APA Capivari-Monos, APA da várzea do rio Tietê e alguns Comitês de bacia, mais em Câmaras técnicas, de onde surgem ações de monitoramento e denúncias. Apresentou alguns modelos de documentação utilizados na fiscalização, como termo de comparecimento AIAs, Notificação, Auto de advertência Lei 1172, Lei 12233, 13579, Legislação florestal, de proteção aos mananciais.

Está Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas.